

# **NK ANÁLISE**

## **O CONGRESSO NACIONAL EM ANO DE ELEIÇÕES**



**CONSULTORES**  
Relações Governamentais

## O CONGRESSO NACIONAL EM ANO DE ELEIÇÕES

Deputados e senadores iniciam o ano legislativo com as atenções voltadas para as eleições de outubro. Nesse contexto, projetos para reduzir os preços dos combustíveis, patrocinados pelo Palácio do Planalto, e seus reflexos na inflação concentram os debates na retomada dos trabalhos. A classe política tem pressa, já que em ano eleitoral Câmara dos Deputados e Senado funcionam com mais intensidade no primeiro semestre. De agosto a outubro o foco é a campanha para as eleições de 2 de outubro. A seguir, considerações sobre o cenário político.

### Propostas na mesa

A oito meses da eleição, o litro da gasolina é vendido próximo a R\$ 7 na maior parte do país, pressionado pela cotação do dólar (que reduziu este ano, mas ainda acima de R\$ 5,20) e pelo preço do petróleo no mercado internacional (quase US\$ 90 o barril).

A ala política do governo, liderada pelo Centrão, concluiu que não funcionou a estratégia do presidente Jair Bolsonaro de responsabilizar governadores. Contrariando o Ministério da Economia, o governo redigiu proposta de emenda à Constituição (PEC), protocolada pelo deputado Christino Áureo (PP-RJ), que autoriza a redução de tributos federais e estaduais nos combustíveis sem compensar a renúncia de arrecadação, um drible nas regras de responsabilidade fiscal.

No Senado, foi apresentada outra PEC, que além do aval para reduzir impos-

tos, amplia o auxílio-gás, institui um auxílio-diesel a caminhoneiros e um subsídio de R\$ 5 bilhões para evitar altas de tarifas de ônibus urbanos. A PEC ganhou o apelido de Kamikaze. A equipe do ministro Paulo Guedes estima que o impacto dessa PEC pode superar R\$ 100 bilhões.

### Guedes, Lira e Pacheco

Paulo Guedes é contra o texto das duas PECs. O ministro espera ver aprovado, no máximo, o aval para desonerar o diesel sem compensação. O mercado financeiro segue linha similar. O Banco Central já indicou que as PECs podem aumentar ainda mais a inflação, que encerrou 2021 em 10,06%. O eventual descontrole fiscal pode resultar em uma maior desvalorização do real ante o dólar e, consequentemente, aumentando o custo da produção de combustíveis. Assim, a desoneração poderia ser ineficaz no médio prazo.

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciaram que pretendem votar ainda em fevereiro projetos sobre combustíveis. Os dois não endossaram as PECs, que exigem quóruns maiores para aprovação, e apostam em projetos de lei já em discussão. A ideia é ter uma solução aprovada até março.

Pacheco pretende votar no dia 15 projeto já aprovado pela Câmara que congela a cobrança de ICMS (imposto estadual) ao fixar uma alíquota por litro de combustível. Outra proposta cria um fundo com dinheiro público para compensar eventuais perdas da Petrobras e evitar o repasse ao consumidor de todos os aumentos do petróleo.

## **45 prioridades do governo**

O governo Bolsonaro publicou portaria no Diário Oficial da União elencando as 45 prioridades para aprovação no Congresso em 2022. É uma lista extensa, que certamente não será toda cumprida este ano. O governo reciclou algumas propostas que estão travadas desde o início do mandato, que terão dificuldade para tramitar em ano de eleições.

### **Reformas em ano eleitoral**

Bolsonaro colocou mudanças em impostos entre as prioridades do ano, mas, apesar de discursos a favor das reformas tributária e administrativa, é baixa a expectativa no Congresso e no governo para aprovação. O próprio Bolsonaro afirmou que os temas não devem avançar em razão do ano eleitoral.

Pacheco, no Senado, deseja votar uma PEC que prevê unificar dois tributos federais (PIS e Cofins) e fundir um imposto estadual (ICMS) com outro municipal (ISS). A proposta, contudo, está longe de ter consenso para ser aprovada. Lira pressiona Pacheco a votar mudanças no imposto de renda, aprovadas na Câmara, mas criticadas por alguns setores.

### **Mudanças estruturais**

Além das reformas, a lista de prioridades do governo contempla mudanças estruturais profundas em alguns setores. Na aviação, por exemplo, a Medida Provisória 1089/2021, que altera toda a legislação do setor, foi editada em 30 dezembro e precisa ser analisada até o início de junho. É certo que haverá mui-

ta discussão para que seja aprovada. Por isso, o Deputado General Peternelli (PSL-SP), relator da MP e aliado de Bolsonaro, vem mantendo conversas com os diferentes representantes do setor para avançar com a matéria.

### **Pauta de costumes**

Em ano eleitoral, Bolsonaro listou nas prioridades do governo itens da chamada pauta de costumes, entre os quais, redução da maioria penal; fim da saída temporária de presos e do auxílio reclusão; definição de pedofilia como crime hediondo; e regulamentação do ensino domiciliar.

Bolsonaro também quer avançar na ampliação do porte de armas para categorias profissionais e na facilitação de regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições.

São projetos que exigirão articulação, pois não aparecem nas prioridades apontadas por Lira e Pacheco. O próprio governo, por falta de articulação, não conseguiu levar adiante essa pauta, uma vez que o Centrão optou por priorizar projetos ligados à área social e econômica.

### **Base do governo**

A união de Bolsonaro com o Centrão vem rendendo frutos no Poder Legislativo, especialmente na Câmara. Na última semana, dois episódios demonstraram que as pautas defendidas pela Presidência da República encontram suporte entre os deputados.

O primeiro foi a manutenção do veto ao PL 6330/2019, que buscava ampliar os tratamentos orais contra o câncer na lista dos planos de saúde, uma vez que a Presidência da República havia editado Medida Provisória sobre o tema. O Senado chegou a derrubar o veto, mas a Câmara manteve, atendendo à orientação do governo federal mesmo em uma pauta impopular aos parlamentares.

Outra demonstração da união de forças entre Centrão e governo foi a aprovação do PL 6299/2002, que altera a legislação sobre agrotóxicos no Brasil. Ele tramitava há 10 anos na Câmara e foi aprovado na quinta-feira (10), um dia depois que o governo publicou a portaria com as 45 de prioridades, sendo essa matéria a de número 26 da lista.

### **Segurança pública**

Bolsonaro deve até março decidir se usará o R\$ 1,7 bilhão reservado no orçamento para reajuste salarial da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen). O possível aumento já suscitou ameaça de greve das demais categorias do funcionalismo.

A ideia de Bolsonaro, em mais uma benesse para sua base eleitoral, é reajustar os salários da área de segurança por meio de uma Medida Provisória que visa reestruturar as carreiras. O tema corre o risco de travar no Congresso.

### **Privatização dos Correios**

O governo colocou a privatização dos Correios entre as prioridades de 2022.

O projeto que trata da venda foi aprovado na Câmara dos Deputados em agosto de 2021, mas travou no Senado. Aliados de Bolsonaro demonstram ceticismo com a privatização da estatal em ano eleitoral.

### **Pandemia ainda na pauta**

O aumento de casos e óbitos provocados pela variante ômicron, mantém a pandemia na pauta do Congresso, embora não com a mesma força vista anteriormente. O crescimento no número de casos e no número de morte nas últimas semanas resultou em um prolongamento das ações de controle do vírus.

Deputados e senadores continuam com a possibilidade de votar remotamente, medida que foi estendida pelo menos até o Carnaval. O acesso a visitantes do Congresso Nacional também continua controlado, com limite de autorizações a cada gabinete.

A pandemia na pauta do Congresso Nacional envolve os posicionamentos de Bolsonaro, que começou o ano novamente questionando a eficácia dos imunizantes e abrindo um novo campo de polêmica sobre a vacinação de crianças. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho mais velho do presidente e coordenador da campanha à reeleição, admitiu que esse discurso vem trazendo desgaste ao governo, sinalizando uma nova postura nos próximos meses. Se esse novo comportamento perdurar, o clima no Congresso deve se tornar mais ameno para o presidente.

## Reforma ministerial

A legislação eleitoral exige que os ministros que disputarão as eleições devam sair dos cargos seis meses antes do pleito, no caso, 2 de abril. O presidente Jair Bolsonaro fará uma reforma ministerial e já adiantou que trabalha com 11 saídas em um ministério com 23 cadeiras, mas o número final ainda não foi definido.

Ainda não há confirmação, por exemplo, se o ministro Braga Netto (Defesa) será o vice de Bolsonaro na chapa à reeleição. Marcelo Queiroga (Saúde), cotado para disputar uma vaga de senador pela Paraíba, pode permanecer no cargo e lançar o filho Antonio Cristovão Neto à Câmara.

A situação iniciou o período de disputas internas pelo controle das pastas, com destaque para o Centrão, de olho nos ministérios da Infraestrutura, Agricultura, Trabalho, Cidadania, Desenvolvimento Regional, Turismo e Secretaria de Governo.

Devem sair: Tarcísio de Freitas (Infraestrutura); Flavia Arruda (Secretaria de Governo), Tereza Cristina (Agricultura), Onyx Lorenzoni (Trabalho), João Roma (Cidadania), Gilson Machado (Turismo) e Rogerio Marinho (Desenvolvimento Regional).

Podem sair: Damares Alves (Família e Direitos Humanos), Marcelo Queiroga (Saúde), Anderson Torres (Justiça), Fabio Faria (Comunicações), Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) e Braga Netto (Defesa).

Devem permanecer: Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral), Augusto Heleno (GSI), Milton Ribeiro (Educação), Carlos

## CALENDÁRIO ELEITORAL

**03/03** - Começa a janela de migração partidária, até 1º de abril, quando deputados podem trocar de partido.

**02/04** - Detentores de cargos no Executivo que desejam concorrer a outro cargo (governadores e prefeitos, por exemplo) devem renunciar aos respectivos mandatos.

**04/05** - Último dia para o eleitor solicitar operações de alistamento, transferência e revisão.

**20/07** - Começa o período para realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e candidatos. O prazo vai até 5 de agosto.

**15/08** - Último dia para os partidos políticos, as federações e as coligações requererem o registro de candidatos.

**16/08** - Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral, inclusive na internet.

**26/08** - Começa o horário eleitoral obrigatório em TV e rádio, que vai até 1º de outubro.

**02/10** - Data do primeiro turno das eleições, com votação a presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

**07/10** - Recomeça o horário eleitoral obrigatório em TV e rádio, que vai até 29 de outubro.

**30/10** - Se não houver vencedor no primeiro turno para presidente e/ou governador, os eleitores terão que voltar às urnas em 30 de outubro para o segundo turno da eleição.

França (Relações Exteriores), Paulo Guedes (Economia), Bento Albuquerque (Minas e Energia), Ciro Nogueira (Casa Civil), Wagner Rosário (CGU), Bruno Bianco (AGU) e Joaquim Leite (Meio Ambiente).

## Eleição presidencial

A dinâmica das pesquisas eleitorais permanece inalterada, com o ex-presidente Lula (PT) à frente das pesquisas, com Bolsonaro (PL) em segundo e uma briga pela terceira via entre Sergio Moro (Podemos) e Ciro Gomes (PDT). João Doria (PSDB) patina com 2% e tem a candidatura questionada no próprio partido. O cenário mantém as previsões de que dificilmente a terceira via terá sucesso.

## Nomeação para o TCU

A Câmara indicará no primeiro semestre um novo ministro para o Tribunal de Contas da União (TCU). A vaga será aberta em julho com a aposentadoria da ministra Ana Arraes, que completa 75 anos.

Três deputados já têm sido cogitados para a vaga: Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR), Soraya Santos (PL-RJ) e Hugo Leal (PSD-RJ).

## Saúde em 2022

Um tema importante na pauta do Congresso Nacional em 2022 é a mudança na legislação dos planos de saúde. Nos primeiros 10 dias do ano legislativo, foi aprovada a MP 1067/2021 no Senado e na Câmara. O texto promove avanços, com período máximo de 270 dias à análise da inclusão de novos tratamentos nos planos de saúde. Para remédios orais contra o câncer o tempo é menor: 180 dias. Outras mudanças nos planos de saúde estão em análise na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que analisa 240 projetos de lei sobre o tema. O relator, Deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), pretendia apresentar o parecer ainda em 2021, mas ficou para este ano.

## Prioridades do governo

Entre os 45 projetos prioritários do governo federal, três são sobre a saúde. O que provoca maior impacto é o PL 1613/2021, que altera a legislação sobre os processos de incorporação de tecnologias ao Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, o texto busca estabelecer regras para o uso off-label no SUS, quando o tratamento é utilizado para indicação de uso diferente da aprovada no registro da Anvisa. O projeto foi apresentado em 2015 pelo ex-senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), por sugestão de Marcelo Queiroga, muito antes de ele ser ministro. Com a chegada do cardiologista ao comando da Saúde, o projeto teve a tramitação acelerada: foi aprovado pelo Senado em abril e teve a urgência na Câmara aprovada em junho de 2021.

## Outros dois PLs na lista

A lista do governo federal ainda estabelece como prioridades o PLS 589/2021, de autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA), que dispõe sobre medidas de controle da qualidade de medicamentos no período pós-registro; e o PL 2552/2021, de autoria do senador Eduardo Gomes (MDB-TO), que prorroga por três anos o prazo de implementação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.